

O BIG BANG DAS MÍDIAS DIGITAIS: UMA POSSÍVEL TECNOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Luciano Martins Costa¹

Resumo

Trata da natureza expansiva das mídias digitais, problematizando interpretações correntes que situam as redes sociais que utilizam as tecnologias de informação e comunicação num contexto econômico e político de dependência, exploração do trabalho e usurpação. Ao propor que o desenvolvimento dessas redes amplia os espaços de autonomia do indivíduo, o texto expõe à observação aspectos libertários nesse processo. A análise é feita a partir da Teoria Crítica conforme proposta por Max Horkheimer e com apoio em trabalhos teóricos de autores contemporâneos que destacam o processo de apropriação desses recursos tecnológicos pelo indivíduo.

Palavras-chave: Mídias digitais. Teoria Crítica. Trabalho imaterial. Redes sociais. Vínculos.

Título em inglês

THE “BIG BANG” OF DIGITAL MEDIA: A POSSIBLE LIBERATION TECHNOLOGY

Abstract

On the expansive nature of digital media, this article consider the implications of current interpretations that define social networks using Information and Communication Technologies in an economic and political context of dependency, exploitation of work and usurpation. By proposing that the development of those networks actually widens the spaces for authonomy of the individuals, the article exposes to the observation some liberty aspects in this process. That annalysis is done upon the Critical Theory as posited by Max Horkheimer and with the support of theoretic works from contemporary authors that enlight the process of appropriation of those technologies by individuals.

Keywords: Mediatic processes. Critical Theory. Immaterial work. Social networks.

¹ Mestrando em Comunicação Social pela Faculdade Casper Libero no Programa Processos

Midiáticos: Tecnologia e Mercado, disciplina – Mídias sociais: a cooperação humana e as tecnologias digitais conectadas. E-mail: lucmart@gmail.com

Entailments.

Introdução

Tem sido de grande valia para os estudiosos da comunicação no presente século, em especial na segunda década, com o advento das chamadas redes sociais digitais ou redes de comunicação mediadas por aparelhos ou aplicativos digitais, a utilização da Teoria Crítica como instrumento para o conhecimento da natureza dessa nova ambiência comunicacional, bem como para a compreensão dos processos culturais diversificados por ela criados ou influenciados. Dentre as variadas fontes e referências utilizadas para o trabalho intelectual de compreender o ser humano no contexto cultural que se desenvolve com a expansão das possibilidades de comunicação, destaca-se a acepção de Max Horkheimer, que postula o seguinte:

Os juízos isolados sobre o humano só adquirem verdadeiro sentido em sua relação com o todo(...). A consciência de qualquer classe social pode se tornar ideologicamente limitada e corrupta, mesmo quando, por sua situação, ela está orientada para a verdade. (...) A teoria crítica, em que pese toda sua profunda compreensão dos passos isolados e a coincidência de seus elementos com as teorias tradicionais mais progressistas, não possui outra instância específica que o interesse, ínsito nela, pela supressão da injustiça social. (2003: pag. 270)

Tal visão, que preconiza o desenvolvimento da consciência social como decorrência do processo histórico, ganha uma nova complexidade nos tempos atuais, como observa Lúcia Santaella ao afirmar que “ninguém pode mais duvidar de que estamos vivendo em plena efervescência de um novo paradigma de formação sociocultural que vem recebendo tanto o nome de cultura digital quanto de cibercultura” (2010: pag. 14). Santaella constata ainda que

À medida que as mídias sociais avançam, sua penetração permeia tanto nosso cotidiano, quanto as decisões globais, abrangendo todos os setores da vida humana, da educação familiar aos negócios do Estado. (2010: pag. 263).

A aplicação da Teoria Crítica sobre esse contexto, mas ainda presa ao que Horkheimer chamou de “juízos isolados sobre o humano”, tem induzido pesquisadores em Comunicação Social a considerar que essa expansão dos meios digitais corresponde a uma exacerbação do domínio do sistema econômico hegemônico sobre o indivíduo, como uma extensão das indústrias cultural e de consumo que marcaram o século XX, do que resultaria um agravamento em termos de um processo de apropriação do seu trabalho imaterial, como contrapartida para as autorizações de uso da tecnologia oferecida por meio de aparelhos e aplicativos computacionais.

Observe-se que o conceito de trabalho imaterial, surgido com a crise econômica de 1929, cujo início é datado da quebra da Bolsa de Nova York, foi apropriado pela Escola de Frankfurt, que tem em Horkheimer um de seus principais representantes, e retomado na revisão das propostas da Teoria Crítica que se manifesta a partir da segunda metade dos anos 1980, com a reapropriação vulgar do pensamento marxista, que rejeita os aspectos deterministas de sua leitura clássica e procura “higienizá-lo” de certos elementos econômicos.

Não por acaso, tal conceito desloca o debate para um contexto no qual toda ação derivada do capital, inclusive e principalmente o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação criadoras das redes digitais, é considerada como parte das estratégias de dominação do capital sobre o trabalho. Embora o marxismo revisto sob o olhar dessa Teoria Crítica contemporânea proponha uma visão não determinista e não economicista da realidade social, observa-se a permanência de uma dualidade que impregna as reflexões sobre o tema da expansão dessas tecnologias, impondo a essas reflexões algumas características de uma “teoria tradicional”, nos termos tratados por Horkheimer.

Assim, pode-se observar certo vício derivado de um olhar classista sobre a complexa sociedade contemporânea, o que remete à ponderação de Horkheimer segundo a qual “nas circunstâncias atuais, a consciência de qualquer classe social pode tornar-se ideologicamente limitada e corrupta, mesmo quando por sua situação ela esteja orientada para a verdade” (2003:

pag. 270).

Por um lado, convém evitar que “a cobra morda o próprio rabo”, expressão comumente utilizada como forma de demonstrar o ponto em que uma ideia completa seu ciclo, da proposição à demonstração. Problematizando-se essa acepção, propõe-se em seu lugar o raciocínio em espiral, mais apropriado às Ciências da Comunicação pela natureza dinâmica de seus objetos de estudo. Mais razões ainda vê o autor deste artigo para adotar essa perspectiva diante da necessidade de ampliar potencialmente a compreensão dos fatos culturais inerentes e decorrentes dos processos comunicacionais no contexto criado pelas redes digitais, ambiência ainda em formação. A imagem que se nos apresenta é a figura da espiral cuja curvatura, a partir de um centro ou ponto de partida, se expande exponencialmente na medida em que agrega ao objeto de estudo novas perspectivas, novos comportamentos e novas possibilidades criadas pela interação dos indivíduos com seu semelhante e com as tecnologias a que nos referimos neste trabalho, expandindo seu campo social próprio e criando novos vínculos e novos campos.

Por outro lado, podemos aplicar ao desenvolvimento das aplicações tecnológicas à comunicação o enunciado de Norval Baitello Junior:

O homem procura compreender a complexidade de sua comunicação a partir de uma reconstrução hipotética da evolução filogenética de seus códigos. É como se o tempo de nossa história se tivesse expandido também em um tipo de explosão. Os recortes sincrônicos de breves períodos da história não dão mais conta das necessidades cognitivas da atualidade. Expande-se o tempo que deve ser conhecido e expande-se o espaço dos objetos que devemos levar em conta para o conhecimento de uma determinada área. A ampliação do espectro visível espelha o espantoso crescimento dos objetos com os quais o homem, hoje, de alguma forma, tem que lidar, seja como objeto de sua investigação científica, seja como conhecimento que modifica sua práxis. Com esse espectro cada vez mais amplo, ainda em crescimento exponencial, pode-se dizer que não apenas houve e está havendo uma explosão informacional na sociedade humana de nosso tempo, como também se pode dizer que a investigação da

comunicação humana passa por uma explosão similar, compreendendo que apenas uma visão transdisciplinar poderá enxergar o objeto plurifacetado que é o processo comunicativo do homem. (2005: pag. 69).

Embora não se possa definir com precisão o “ponto zero” da explosão informacional a que se refere Baitello Jr., assim como não se pode ainda determinar o exato momento da expressão da cosmologia que lhe dá origem, justifica-se que chamemos a esse fenômeno o “big bang” das mídias digitais, o qual produz um sistema ecológico que não apenas cresce para fora mas também se torna mais complexo internamente, produzindo vínculos cada vez mais numerosos, se concordamos, segundo lembra Baitello Jr., “que processos comunicativos são construções de vínculos” (2005 : pag. 70). Ainda tomando o conceito de ecologia pluralista da comunicação conforme proposto por Lúcia Santaella e outros, ou estendendo tal conjunto de reflexões para agregar comunicação e informação, poderíamos nos aprofundar no estudo dos infoomas, correspondentes no campo da informação e comunicação aos biomas no campo biológico, mergulhando indefinidamente nessa complexidade de que nos fala Baitello Jr.

Tecnologia da Libertação

Atendendo à recomendação de Baitello Jr., e buscando a via da transdisciplinaridade, passemos a indicar que, diferentemente do que afirmam alguns autores adeptos da nova Teoria Crítica, a apropriação das tecnologias digitais por parte dos indivíduos pode corresponder a um processo oposto ao da dominação do capital sobre o trabalho imaterial (qualquer que seja seu significado) do indivíduo.

Sem rejeitar as considerações objetivas segundo as quais a internet acelera o giro do capital e, ao induzir a inovação constante, antecipa a obsolescência estética e funcional de bens e serviços, num processo também denominado obsolescência simbólica, produzindo ainda a mercantilização das emoções, dos vínculos e da experiência humanas, é possível problematizar a afirmação segundo a qual esses processos sempre se dão em detrimento dos interesses do indivíduo e a serviço do capital financeiro.

Além disso, a grande variedade de interpretações dadas ao termo “trabalho imaterial” – André Gorz, Michael Hardt e Maurizio Lazzarato sendo alguns dos mais citados entre os autores de uma ideia pós-marxista de trabalho –, pode situá-lo no campo do fetiche, não como expressão científica². Uma reclassificação do trabalho em “material” e “imaterial” corre o risco de cortejar o desejo indutivista, ou ilusão fetichista, em detrimento do rigor necessário para se prosseguir na análise das relações que se estabelecem entre o capital – proprietário dos meios digitais – e o indivíduo que adquire o direito de uso desses meios.

Pode-se identificar outro sintoma de fetichismo na substituição da forma da relação social pelo suporte ou meio dessa mesma relação. Não se pode aplicar liberalmente ao computador, ao *tablet* ou ao *smartphone* – e seus componentes materiais e programas, que os usuários das redes cibernéticas utilizam como suporte para suas interações sociais –, status semelhante aos modos de relação social, usando como base teórica a mesma forma pela qual Marx considera a máquina como conteúdo material do capital.

A partir de Emanuel Castells se pode abordar a questão da apropriação do valor do trabalho na nova economia digital, conforme observa Braga no estudo que coordenou em 2004, juntamente com Ricardo Antunes sobre a fragmentação do trabalho dos operadores de *telemarketing*, ou teleoperadores:

Por meio da exposição da nova cultura do trabalho informacional, Castells apresenta o retrato desolador de uma “nova fratura social” protagonizada por trabalhadores qualificados incluídos e trabalhadores desqualificados excluídos pela rede. (2009: pag. 62).

Ao analisar as “empresas neoliberais em rede”, Braga e Antunes constataram que elas comumente repetem na base as atividades típicas do fordismo, conforme analisa Ruy Braga no capítulo intitulado *A vingança de Bransman: o infotaylorismo como contratempo*:

² Para ser coerente com a matriz marxista, seria preciso situar tal qualidade do trabalho em uma das duas categorias clássicas: trabalho concreto, “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc.” e trabalho abstrato, “dispêndio de força humana de trabalho e substância do valor”.

Exatamente por se tratar de um setor que, em certa medida, condensa uma variada gama de tendências inerentes à reestruturação produtiva capitalista, a produção em escala industrial de serviços informacionais representa um campo privilegiado de observação das contradições e ambivalências do trabalho na contemporaneidade, contradições e ambivalências que se tornam mais significativas quando, ao nos distanciarmos das promessas pós-marxistas da sociedade informacional, pensamos no processo de formação de uma condição proletária renovada pela progressiva informatização do mundo do trabalho, pela fragmentação dos coletivos de trabalhadores, pelo crescimento acelerado da oferta de empregos no setor de serviços e pela superação da relação salarial “canônica”. (2009: pag. 66).

No entanto, essas observações se referem aos indivíduos em sua relação de trabalho nas empresas informacionais, não em sua condição de usuários e protagonistas das redes sociais possibilitadas pelas tecnologias digitais. Na realidade, ao utilizar o suporte digital composto pelo equipamento e seus programas, o indivíduo está se apropriando dos meios com que irá construir e consolidar vínculos sociais. Mesmo que nessa utilização produza algum valor que possa ser usado como valor de troca, não é para isso que se dá a relação social. Portanto, ao utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação para nelas compor, consolidar, fazer ou desfazer relações sociais, o indivíduo não está necessariamente e inconscientemente realizando *trabalho imaterial* em favor do capital. Está, pelo contrário, se libertando do uso compulsório de mídias centralizadoras e verticalizadas que restringiam essas mesmas interações pela mediação – mídias essas, de fato, construções tipicamente capitalistas dedicadas a compor valor de troca a partir da informação de suposto interesse público. Em sua natureza expansionista aqui comparada ao “big bang”, as redes potencializadas pelas tecnologias digitais proporcionam também a ruptura do conceito de comunidade – outrora limitado à ideia de pessoas conectadas compulsoriamente pela comunhão do lugar, dos interesses e necessidades mútuas e da interdependência como condição para a sobrevivência dos indivíduos. Em sua expansão, permitem que se expandam também as relações sociais, deslocando a ideia de comunidade para um sentido mais amplo. Segundo Santaella:

Todos os tipos de ambientes comunicacionais que surgiram e continuam a surgir nas redes constituem-se em formas culturais e socializadoras (...). Assim, as comunidades virtuais passaram a designar as novas espécies de associações fluidas e flexíveis de pessoas, ligadas através dos fios invisíveis das redes que se cruzam pelos quatro cantos do globo, permitindo que os usuários se organizem espontaneamente (...)
(2010: pag. 265).

Trata-se, claramente, de um processo que liberta o indivíduo das limitações impostas pela participação compulsória em comunidades fixas como forma única de sociabilização, sobrepondo a ela uma nova forma de relacionamento que independe de localização. Questões sobre espaço e lugar seguem desafiando os teóricos de disciplinas tão diversas como semiótica, geografia e sociologia, como lembra Santaella, e a expansão dos meios digitais não oferece uma perspectiva adicional para sua interpretação. Pelo contrário, estende a ideia do estar em algum lugar, pela ubiquidade da comunicação, ao estar-no-mundo, em circunstâncias ainda menos tangíveis, se considerarmos que o indivíduo pode agora estar virtualmente onde a tecnologia possa levar suas possibilidades de interação.

A esse processo, que desfaz as amarras do local e do físico, diluindo progressivamente a necessidade dos *meios* centralizadores de comunicação que fizeram o controle das conexões e da troca de conhecimento no período anterior ao advento das tecnologias digitais de comunicação, podemos chamar de Tecnologia da Libertação. Longe, porém, de estarmos postulando romanticamente, por meio dessa metáfora, o efeito de uma utopia libertadora, a expressão tem aqui o sentido que dá a esse conjunto de recursos o potencial de ampliar o grau de autonomia do indivíduo. Estamos, portanto, usando a expressão libertação não com o sentido de obtenção de uma liberdade – objeto de análise altamente problemático – mas como ruptura: ao se apropriar das possibilidades oferecidas por ela, como a mobilidade, a ubiquidade, o domínio do seu tempo de se comunicar, o indivíduo alcança um nível de autonomia em suas interações sociais que lhe era impossível quando ele dependia de uma estrutura ou sistema que centralizava, mediava as trocas comunicacionais.

É certo que o tempo se tornou o valor central desse novo sistema, no qual o capital oferece ao

indivíduo as condições técnicas para que ele rompa essa dependência. Poder-se-ia dizer que, então, cria-se uma nova dependência, ainda mais restritiva, como querem alguns teóricos? Com todos os riscos implicados na tentativa de estabelecer fundamentos em processos de expansão, pode-se encontrar alguns padrões no modo como se desenvolve a onda tecnológica desde que as miniaturizações e aplicativos formadores do ambiente conhecido como Web 2.0 ou Web ontológica passaram a expandir as possibilidades de uso das redes digitais. Esses padrões são analisados de vários ângulos de observação, como nota Santaella ao tratar sobre as incertezas da comunicação:

De um lado, teorias que buscam bases seguras para definir os modos como interagimos, compreendemos e trocamos informações. De outro, as teorias críticas, tanto provenientes da Escola de Frankfurt quanto da linha francesa de crítica à comunicação que, preocupadas com a crítica acima de tudo, negligenciam a necessidade da própria teoria. A fixação tanto em um lado quanto no outro dificulta a busca por teorias da comunicação mais aptas à conceitualização, descrição, análise, e, até mesmo, a uma crítica renovada das determinações por que os processos comunicativos vêm passando em meio à torrente de transformações vigentes nas sociedades hipercomplexas cujo centro nervoso se encontra justamente na diversidade e infinitude de conexões permitidas pelas redes fixas e móveis de comunicação (2010: pag. 339).

Um ambiente de incertezas se impõe a essa observação, portanto, problematizando toda tentativa de teorização definitiva. Mesmo quando se instala a análise dessa ambiência comunicacional no terreno da moral, como na crítica ao padrão acelerado de consumo de aparelhos e aplicativos digitais, pode-se identificar na própria aceção de objeto – no caso, objeto de consumo – uma variedade tão diversa de possibilidades que voltamos à estaca zero da tentativa de mensurar o intangível com uma régua de madeira. Quando o indivíduo pode ser definido ao mesmo tempo ou intermitentemente como produtor, consumidor e produto, não há padrões capazes de estabelecer um valor para essas aquisições. Se o indivíduo adquire um aparelho móvel de comunicação, ou um aplicativo que expande suas possibilidades de

criar e consolidar vínculos sociais, o que é o objeto?

Nas malhas intrincadas do consumo, o sistema dos objetos dilui-se,

pondera Santaella, ao comentar Jean Baudrillard. Ainda que ela tenha perscrutado com brilho o pensamento do autor francês, quando observa que “o consumo pode substituir todas as ideologias, acabando por assumir a integração de toda a sociedade”, ainda se pode afirmar que, ao se configurar como forma de ampliar as possibilidades comunicacionais, o consumo se torna, ele próprio, ideologia – e beira a religião, ao compor, com seus objetos, aplicativos e recursos que apontam para uma eternidade em expansão, um *corpus* mitológico próprio e tão povoado como o Olimpo ou o panteão dos santos católicos.

Socorre-nos, então, Luís Mauro Sá Martino, ao desvendar a relação entre mídia e poder simbólico, que transforma a prática religiosa em mercado de consumo, ainda que os bens consumidos sejam simbologias de origem religiosa. Para sentir-se parte do campo social que o acolhe, o indivíduo cumpre como rito de passagem a aquisição e o uso obsessivo de equipamentos e aplicativos cujo valor simbólico é definido pelo próprio campo, o que equivale dizer, o campo se estrutura e desestrutura continuamente ao sabor das interações, dos efeitos “hype” que as próprias trocas comunicacionais produzem e desfazem, num processo tão caótico quanto autônomo, onde uma ordem subjacente mas não identificável parece se fundar na própria necessidade social do “homo sapiens dictius” biologicamente lançado à aventura de se comunicar e produzir cultura.

Não havendo como desvincular esse universo digital de sua origem, a cibernética, é questão de coerência epistemológica observar que o pensamento original que dá nome a esse campo do conhecimento brota de Platão, no discurso conhecido como Kibernetos, a arte de pilotar barcos e homens, como lembra Jorge Alejandro González em *Cultur@ y sociocibernética: ideas para una reflexión conjunta en paralelo* (Dez. 2011: pag. 9). A proposição de Platão é a da ilusão do controle, quando observa que, ao manejar o timão, o navegador apenas se assegura de que o barco irá fazer determinado movimento em curva. O mais é conjectura. Villém Flusser também nos auxilia ao fazer a etimologia da conjunção governo-regime, “dois

termos curiosamente entrelaçados”:

O primeiro é de origem grega e deriva do verbo “kybernein” (pilotar); outro termo seu derivado, recente, é o termo cibernética. O segundo termo é de origem latino-etrusca e deriva do substantivo “rex” (rei), o qual, por sua vez, deriva da raiz indo-européia “rg”, que significa “reto” ou “lado direito”. De forma que “governo” implica evitar que barco à deriva se perca, e “regime” implica direção e direitos. (2008: pag. 125).

Mais adiante:

O formigueiro telemático é teia de aranha telemática, estrutura composta de fios que religam nada com nada, de “relações puras”: puro campo de virtualidades. A teia de fios é o universo todo, o universo dos sonhos de nossos netos. A cibernética é a arte de tecer tais sonhos. Onde não há nem “fora” nem “dentro”, nem espaço “público” nem espaço “privado”, não pode haver política, essa privatização do público e publicização do privado. Os nossos netos não terão público a ser privatizado nem privacidade a ser publicizada: terão “apenas” relações que os religarão sob forma de imagens.(2008: pag. 132).

Ao fazer o elogio da superficialidade das imagens técnicas, Flusser se refere ao material de que são feitas as comunicações nas redes digitais. Desse ambiente comunicacional “emerge novo nível de consciência, o nível da criatividade consciente. Tal emergência implica verdadeira revolução no estar-no-mundo humano”.

Os teóricos contemporâneos não parecem ter superado o estado referido por Flusser ao propor duas visões sobre a tecnologia então emergente: a subjetiva ou engajada, e a irônica. Vistas com ironia, as mudanças então em curso, com a vivência das imagens sintetizadas, seriam tidas como tentativas frustradas e meramente “divertidas” para “impedir a queda da nossa cultura no abismo da massificação amorfa” (2008: pag. 114). E acrescenta que:

Se, no entanto, participarmos ativamente do diálogo telemático produtor dessas

imagens, se recebermos as imagens em atitude engajada, temos com essas imagens a vivência da ruptura dos programas culturais vigentes. (2008: Pag. 115).

A ruptura está em curso. Expandindo-se aceleradamente para longe dos núcleos formadores da cultura de massa, o ambiente comunicacional das redes produz uma infinidade de outros núcleos da mesma cultura de massa, desfazendo programas de dominação pela criatividade que produz incessantemente novas e novas matrizes, as quais, anulando e superando continuamente umas às outras, produzem o efeito empoderador das autonomias. É natural que esse fenômeno seja considerado uma manifestação do caos, do ponto de vista negativo que preconiza o controle – pura ilusão. Mas ao se tornarem menos influenciados pela “ordem” centralizadora da mídia tradicional, os protagonistas das redes sociais digitais estão mais apropriadamente exercitando essa autonomia do que sendo explorados pelo capitalismo, ainda que de forma “simbólica” ou “imaterial”.

Assim, a tentativa de construir uma crítica definitiva à expansão das mídias digitais como se se tratasse de mera repetição do processo histórico de espoliação do capital sobre o trabalho, nos termos apontados por Karl Marx, – ainda que “imaterial” – tem um valor teórico subjetivo e equivalente a laborar no *Illusio*. Embora seja igualmente temerário, em termos de um rigor teórico, dizer o contrário, ou seja, que as tecnologias digitais de informação e comunicação estão permitindo a apropriação, pelo indivíduo, dos meios de produção de conhecimento, há evidências de que as novas formas culturais e socializadoras que se expandem e se renovam constantemente por meio das redes sociais digitais constituem objetivamente e mais apropriadamente instrumentos para o aumento das autonomias do que para a sua redução e controle.

Referências:

- ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- BAITELLO Jr., Norval. *A era da iconofagia – ensaios de comunicação e cultura*. São Paulo, Hacker, 2005.
- FLUSSER, Vilém. *O universo da imagens técnicas – elogio da superficialidade*. São Paulo, Annablume, 2008.

8º interprogramas
de **mestrado**
FACULDADE CÁSPER LÍBERO

GONZÁLEZ, Jorge Alejandro. *Cultur@ y sociocibernética: ideas para una reflexión conjunta en paralelo*. Libero, revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Casper Libero, no. 28, São Paulo, Dez. 2011, Pags. 09-32.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*. Buenos Aires, Amorrortu, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo, Paulus, 2003.

SANTAELLA, Lucia. *A ecologia pluralista da comunicação – conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo, Paulus, 2010.